



Povos Livres

Os povos indígenas livres, ou isolados, na Amazônia brasileira giram em torno de cem, de acordo com o Conselho Indigenista Missionário (Cimi). A maior concentração deles encontra-se na região fronteira do Brasil com o Peru, especialmente no Vale do Javari, no oeste do estado do Amazonas, onde, segundo dados da Fundação Nacional do Índio (Funai) existem 18 referências. Na América Latina, eles chegam a mais de 145 grupos. Para manter a liberdade e a vida, esses povos optam pelo isolamento e pela autonomia, fugindo constantemente em busca de lugares cada vez mais inacessíveis. Desse modo, evitam o contato com a civilização e as relações de dominação e violência que caracterizam as sociedades ocidentais.

Esse contexto de opressão, em que a necessidade de fuga é recorrente, explicita que a definição “livres” não é a mais apropriada para esses povos. Outros ter-

mos utilizados pela falta de uma conceituação que os identifique e os diferencie dos demais povos indígenas são “isolados”, “sem contato” e “povos em isolamento voluntário”.

Essa opção de isolamento, normalmente, está associada a experiências traumáticas de encontros, protagonizados ou não por eles, com os agentes das frentes econômicas das sociedades nacionais. Encontros marcados pela violência dos massacres, das epidemias, da invasão de seus territórios e da depredação de suas fontes de alimento e de seus referenciais simbólicos. Cabe observar que as fronteiras impostas pelos Estados nacionais não existem para as populações em isolamento voluntário, que circulam entre alguns países por percebê-los como um amplo território ancestral.

Ironicamente, são justamente esses povos que sempre protegeram a floresta, já que dependem totalmente dela para a sua sobrevivência. O Estado brasileiro, que

deveria protegê-los, se mantém omissivo. Exemplo recente desse descaso é o fato de que apesar de existirem grupos isolados na área de abrangência da usina hidrelétrica de Belo Monte, em Altamira, no Pará, essa presença não impediu que o governo federal desse seguimento à construção do empreendimento.

Além de serem ignorados pelos governos, nos diferentes níveis, e pela sociedade de modo geral, os isolados são os povos mais próximos do extermínio, já que, além dessa extrema invisibilidade, o próprio isolamento em si torna mais difícil denunciar as constantes violências e violações contra seus territórios e eles mesmos.

Por outro lado, esta realidade revela a enorme capacidade de luta e resistência desses povos para manter, mesmo em situações tão adversas, sua autonomia e suprir suas necessidades materiais, espirituais e de vida em sociedade.



Des-envolvimento

Os povos em situação de isolamento voluntário, ou livres, são as maiores vítimas do “desenvolvimento” da Amazônia, feito através de um criminoso processo de expropriação de terras dos povos tradicionais.

Alguns exemplos de grandes projetos de infraestrutura da ditadura militar na Amazônia que quase dizimaram os povos Waimiri-Atroari, Yanomami, Tenharim, Arara, Parakanã, Cinta Larga e Nambikwara, dentre outros, que estavam isolados na época, foram as usinas hidrelétricas de Balbina e Tucuruí e as rodovias Transamazônica, Belém-Brasília, BR-364, BR-174 e Perimetral Norte. A realização destas obras fez com que diversas doenças desconhecidas fossem disseminadas entre estes povos, causando um irreversível impacto sobre eles.

No entanto, a violência contra os povos indígenas isolados não se limita ao passado, apesar de existirem muitas leis e declarações que protegem a vida humana e que resguardam os direitos territoriais indígenas. Infelizmente, a volta dos megaprojetos governamentais na Amazônia, implementados através da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (Iirsa) e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que pretendem facilitar o acesso, uso e a exploração dos recursos naturais da região, constitui-se em uma atualizada e assustadora ameaça à vida desses povos indígenas.

As situações mais desesperadoras acompanham o chamado Arco do Desmatamento, que vai do sul do estado do Amazonas ao Maranhão.

O avanço do agronegócio (especialmente da pecuária e da monocultura de soja), da grilagem, da exploração madeireira, petrolífera e mineral, do desmatamento, e dos mega empreendimentos de infraestrutura, como as hidrelétricas e rodovias, são os principais responsáveis pelo desaparecimento dos vestígios da presença humana de povos que foram anteriormente verificados.

Casos e Consequências

◆ Na **fronteira do Acre com o Peru**, a **atividade madeireira** é uma ameaça, obrigando os povos isolados a disputarem espaços territoriais com outros povos indígenas. Na região, as ameaças advêm também da invasão de **garimpeiros** e das investidas das **companhias de petróleo e gás**, que começam a fazer prospecção no entorno. Essas práticas extrativistas e a amplitude dos seus danos ambientais colocam em risco a existência física desses povos, que passam a vir perambular no lado brasileiro. Soma-se ainda o turismo ao estilo “safári humano”, em que agências de turismo levam visitantes do Parque Nacional de Manu, nas regiões de Cusco e Madre de Deus, para fazerem avistamentos ou entregarem bens aos isolados, como roupas e comida.

◆ Na **Terra Indígena (TI) Vale do Javari** existe um movimento de indígenas **isolados buscando o contato**, o que traz grande preocupação, pois não existe na área uma estrutura adequada de saúde para prevenir e protegê-los de possíveis epidemias e infecções. Além disso, segundo denúncias da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), a terra indígena também sofre a **invasão de caçadores e pescadores**, já que a Funai tem dificuldades para desenvolver as necessárias ações de vigilância e proteção por **falta de recursos financeiros e pessoal qualificado**.

◆ Ainda na **região de fronteira**, o povo Matsés repudia a **exploração de petróleo e gás**. Dois lotes concedidos pelo governo do Peru à empresa petroleira Pacific Rubiales (lotes 135 e 137) se sobrepõem ao **território ancestral Matsés e ao território de povos indígenas isolados**. No lado brasileiro, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) fomenta a exploração de hidrocarbonetos em região próxima ao limite sul da Terra Indígena Vale do Javari. A

O avanço do agronegócio, da mineração e dos mega empreendimentos, como as hidrelétricas, são alguns dos principais responsáveis pelo genocídio dos povos indígenas isolados na Amazônia

ANP concessionou o lote AC-T-8 à Petrobrás, em meio a uma série de irregularidades administrativas e legais e sem o consentimento prévio dos povos indígenas que habitam a terra indígena.

◆ Em **Rondônia**, o projeto de continuidade da **construção da rodovia BR-421**, na extensão do Parque Guajará Mirim, se efetivado, também impactará os povos em situação de isolamento. Da mesma forma, a **invasão da Floresta Nacional Bom Futuro** impactará os povos em situação de isolamento que lá vivem.

◆ No **Maranhão**, os grupos **Awá** isolados perambulam por terras indígenas já demarcadas. Mesmo assim, estão ameaçados de extinção devido à **permanente e incontrolável invasão e exploração ilegal de madeira** nessas terras. Os indígenas Tentehara/Guajajara da TI Araribóia, localizada entre os municípios de Amarante do Maranhão, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Arame e Grajaú, implementaram um projeto denominado Guardiões. Consiste em lutar para acabar com a invasão dos madeireiros, que continuam explorando ilegalmente o território. No final de dezembro de 2014 os Awá encontraram um grupo de três indígenas isolados pertencentes a seu povo, sendo duas mulheres e um homem. Eles estavam na região conhecida como cabeceira do Igarapé Presídio e são denominados de Isolados da Terra Indígena Caru. Os indígenas relatam que não existe um trabalho sistemático de fiscalização,

O contato com os povos livres é preocupante especialmente pela falta de estrutura para protegê-los de possíveis doenças



Povo Korubo - Foto: Luiz Walter de Souza



Indício da presença de indígenas isolados encontrado no território tradicional do povo Katawixi

permitindo aos madeireiros invasores transitarem livremente, entrando e saindo da terra indígena quando querem.

◆ O território tradicional do povo isolado Katawixi, no **sul do estado do Amazonas**, e a área ocupada pelo grupo indígena isolado conhecido como Kawariba, na região de Aripuanã, no **norte de Mato Grosso**, foram tomados por fazendas e assentamentos de colonos promovidos pelos governos. A **expansão do agronegócio** na região, principalmente para a **produção de soja e da pecuária**, é o principal fator dessa ofensiva sobre os Kawariba.



◆ Os Avá-Canoeiro da Ilha do Bananal, que vivem no estado do **Tocantins**, serão impactados pela **construção das estradas TO-500 e TO-242**, conhecidas como Transbananal e Transaraguaia, que cortarão os territórios que são refúgio para os isolados. Desse modo, esse grupo está cada vez mais ameaçado de extermínio. A presença dos Avá-Canoeiro na Ilha é ignorada completamente pela Funai, que não retira os invasores da terra já demarcada. Eles estão refugiados em pequenos espaços de terra, acudados pelos avanços dos diversos projetos na região. Outro fator que impacta e ameaça a vida e o território dos Avá-Canoeiro é a **invasão de pescadores**.

Garimpeiros invadem área dos indígenas isolados Moxi Hatëtëa, em Roraima

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e a Diocese de Roraima divulgaram uma nota pública no dia 7 de outubro de 2015 manifestando grande preocupação diante da invasão de garimpeiros na região ocupada pelo grupo indígena isolado Moxi Hatëtëa, no interior da Terra Indígena Yanomami, localizada no município de Alto Alegre, na região centro-oeste de Roraima. As duas entidades relatam ainda a ausência de medidas de proteção por parte do governo.

A denúncia foi apresentada por lideranças Yanomami da Associação Indígena Hutukara ao Ministério Público Federal (MPF) de Roraima, no dia 25 de agosto, e informa que a estrutura da base de proteção etnoambiental da Funai, inclusive a sua pista de pouso, estava sendo utilizada pelos garimpeiros. Localizada na Serra da Estrutura, próximo ao Alto Catrimani, essa base estava desativada há sete meses passado sob a alegação de falta de condições para manter servidores na área.

Segundo a nota, a denúncia é particularmente grave porque se trata de uma região habitada por indígenas isolados, em situação de extrema vulnerabilidade. “Esta invasão é o prenúncio de um novo genocídio indígena. Neste momento existe uma grande interrogação sobre os Moxi Hatëtëa, se sobreviveram à invasão garimpeira, fugindo do local em que estavam localizados (por que já se sabe que não estão mais lá), ou se foram massacrados, fazendo parte da triste lista dos povos indígenas exterminados”, alertam.

A possibilidade de ter ocorrido mais um genocídio não é mera especulação se olharmos para a história recente da invasão garimpeira na TI Yanomami. Em 1993 ganhou destaque na imprensa do mundo inteiro o “massacre do Haximu”, em que 16 indígenas foram mortos, entre eles velhos, mulheres e crianças. Estima-se que o garimpo ilegal nessa terra indígena, no final da década de 1980 e início dos anos 1990, tenha provocado a morte de aproximadamente dois mil Yanomami.

“Por isso, é incompreensível que o governo federal, que tem na Funai uma Coordenadoria especialmente criada para a proteção dos povos indígenas isolados, sabendo do alto risco de extinção dos Moxi Hatëtëa, não tenha adotado, até o momento, as providências necessárias para manter a integridade do referido grupo Yanomami. A gravidade da situação exige uma operação imediata de retirada dos garimpeiros da região habitada pelos Moxi Hatëtëa, a urgente reativação da base de proteção da Funai, assim como uma investigação rigorosa sobre os promotores da invasão da TI Yanomami e a punição dos responsáveis. Cabe ao governo federal também informar à sociedade o que aconteceu ao grupo indígena isolado”, demanda o Cimi e a Diocese de Roraima.

A tensão entre os Ashaninka e os “bravos”, no Acre

A Terra Indígena Kampa/Isolados, demarcada no paralelo 10°S, Alto Rio Envira, estado do Acre, já na fronteira do Brasil com o Peru, é uma das últimas regiões no mundo a ter grupos de povos em situação de isolamento voluntário. Chamados na região de “bravos”, esses povos se negam ao contato com as sociedades que os envolvem. Os Ashaninka, tal como eles se autodenominam, dividem esse território com os bravos e os chamam de Maxiriantésé, os “valentes”.

Durante o primeiro semestre de 2014, os Ashaninka relataram que grupos de indígenas livres entraram na aldeia Simpatia, onde vivem. Os relatos foram encaminhados ao Ministério Público Federal (MPF) e à Funai pelos indígenas por intermédio do Cimi. Não se trata, portanto, de um contato inédito.

Dessa vez, porém, a Funai decidiu agir e montou na aldeia, em parceria com o governo do Acre, a Operação Simpatia. No dia 26 de junho daquele ano, servidores do órgão indigenista e os Ashaninka estabeleceram novo contato com alguns desses livres que, conforme a equipe de sertanistas, estavam com gripe. As imagens feitas pela Funai de três desses indígenas foram divulgadas pela imprensa de todo o país. Através de intérprete, descobriu-se que falam uma língua Pano, semelhante à língua Jaminawa. Os relatos possibilitaram entender as razões da aproximação deles da aldeia dos Ashaninka e o motivo do contato: seu grupo fora massacrado por não índios e todos os adultos e anciãos haviam sido mortos, provavelmente por narcotraficantes ou madeireiros que se movimentam na região da fronteira entre o Brasil e o Peru desde longa data. Após receberem o tratamento realizado por profissionais da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), eles voltaram para o interior da floresta, no caminho das malocas de seu povo.

Após essas primeiras aproximações, o contato foi intensificado e remanescentes do grupo decidiram estabelecer-se em uma área próxima da Frente de Proteção Etnoambiental Envira, que se encontrava abandonada na ocasião do contato.

Historicamente, as frentes de colonização levaram para a região do Rio Envira outros indígenas que atuavam como mateiros, além de intermediários no contato agressivo com os povos livres. Os isolados, desde então, associam os Ashaninka ao tempo dos massacres, contatos violentos, mortes e fugas. Com o fim dos ciclos da borracha, tais frentes de colonização desfizeram-se. Aos Ashaninka e povos livres restou a herança do trauma coletivo, que segue pautando as relações entre essas sociedades.

Nos últimos anos, com o retorno cada vez mais acentuado dos isolados a antigos territórios hoje ocupados pelos Ashaninka, as excursões de livres às aldeias têm sido constantes. Levam terçados, roupas, redes, utensílios domésticos, tudo o que se pode colher nas roças e até mesmo crianças. Os Ashaninka aprenderam a lidar com tais “delitos” sem violência, mas temem que em algum momento algo de mais grave aconteça - como já ocorreu antigamente.

Após construção das hidrelétricas no Rio Madeira, em Rondônia, não há notícias dos isolados na região

Segundo informações do Regional do Cimi em Rondônia, não se sabe onde estão e o que aconteceu com os cinco povos indígenas em situação de isolamento que perambulavam na área das hidrelétricas Santo Antônio e Jirau desde que houve o enchimento dos reservatórios em 2011. Ignorada no Estudo e no Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), elaborados por Furnas e pela Odebrecht, e nas licenças ambientais, a presença dos povos indígenas isolados foi admitida posteriormente pela Funai em áreas localizadas a apenas 10 km da barragem de Jirau.

Em um relatório produzido ainda na época da construção das hidrelétricas, a Funai afirmou que o barulho das obras das barragens já tinha causado a saída de alguns isolados de suas áreas de perambulação e a fuga para um território onde garimpeiros operavam ilegalmente, aumentando substancialmente o risco às suas vidas.

“É possível que alguns desses povos tenham ido para o Parque Nacional Mapinguari, criado como forma de compensação ambiental pela construção do Complexo Hidrelétrico do Madeira e que se sobrepôs a quase todo o território

tradicional do povo Katawixi. Mas, de fato, não há qualquer vestígio da presença deles recentemente pelas áreas”, afirma Volmir Bavaresco, missionário do Regional Rondônia.

Do mesmo modo, as hidrelétricas projetadas para o Rio Tapajós, no Pará, e o Rio Machado, em Rondônia, impactarão indígenas isolados que transitam nas suas áreas de influência. Nestes casos, novamente, o governo impõe à força projetos sem fazer o mínimo esforço para compreender e avaliar a extensão dos impactos sobre a vida desses povos.



Os isolados voltam cada vez com mais frequência aos seus antigos territórios, hoje ocupados pelos Ashaninka

Incêndios criminosos ameaçam os Awá, no Maranhão

Entre os meses de setembro e dezembro de 2015, extensas áreas de cinco Terras Indígenas (Awá, Caru, Arariboia, Geralda Toco Preto e Alto Turiaçu), localizadas na Amazônia maranhense, foram consumidas pelas chamas no estado do Maranhão, colocando em risco a vida de grupos Awá-Guajá isolados e de recente contato que perambulam por essas áreas (com exceção da TI Geralda Toco Preto).

No caso da Terra Indígena Arariboia, praticamente metade da área de floresta amazônica dentro do território indígena foi consumida pelo fogo. O incêndio foi considerado criminoso pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e, enquanto a área queimava, um agente de fiscalização deste órgão foi atingido por um tiro no braço direito, disparado por madeireiros.

Segundo declarações divulgadas pela imprensa local, tanto os Awá-Guajá como representantes do Ibama desconfiam que os incêndios nas terras indígenas Caru e Awá também teriam sido criminosos já que foi utilizada uma estratégia de colocar fogo de um lado, de modo a cercar os indígenas nas aldeias, enquanto os madeireiros derrubavam árvores do outro lado.

Outra motivação para os incêndios seria uma vingança pela atuação dos grupos de guardiões da floresta, implantados nas terras Alto Turiaçu, Arariboia e Caru, pelo povos Ka'apor e Guajajara, que, diante da omissão do Estado em garantir a proteção de suas terras e da biodiversidade nelas existente, decidiram fazer eles mesmos a defesa de seus territórios contra as constantes invasões e a exploração ilegal de fazendeiros e madeireiros.



Extensas áreas de cinco terras indígenas foram incendiadas, colocando em risco a vida dos Awá-Guajá isolados

Cabe ressaltar que essas cinco terras indígenas são homologadas e registradas, ou seja, os seus processos demarcatórios estão totalmente finalizados e elas são reconhecidas pelo Estado como territórios tradicionais indígenas. No entanto, todas estão invadidas, os indígenas sofrem recorrentes e graves ameaças, além dos assédios para o arrendamento de áreas, e as comunidades são atacadas.

Os impactos do incêndio no modo de vida dos isolados, como a queima das árvores, a morte dos animais e o secamento dos igarapés, são imensuráveis, já que os Awá-Guajá são caçadores e coletores (especialmente de mel) e dependem exclusivamente da floresta para sobreviver. “Tanto os Awá que vivem em aldeias como os de recente contato e os isolados dependem exclusivamente da floresta para continuar sobrevivendo. Já temos territórios que são cheios de invasores, e um fogo como esse coloca em risco de extinção esse povo”, afirmou Madalena Borges, missionária do Regional Maranhão do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

“Índio do Buraco”

Em 1996, a Funai registrou evidências da presença de isolados na região amazônica situada a oeste de Rondônia, próxima à cidade de Corumbiara. No ano seguinte, agentes da fundação conseguiram travar contato visual com o último remanescente de um povo indígena desconhecido que, acredita-se, ter sido massacrado por fazendeiros e grileiros de terra durante as décadas de 1980 e 1990, interessados em se apossar de terras indígenas ainda não-demarcadas. A partir de então, esse indígena, que estima-se tenha nascido por volta de 1960, passou a perambular sozinho e recebeu a denominação de “Índio do Buraco”, já que dentro das cabanas de palha construídas por ele sempre é encontrado um buraco com cerca de um metro de comprimento, meio de largura e mais de três de profundidade.

Em 2009, Vincent Carelli lançou o premiado longa-metragem *Corumbiara*, com registros cinematográficos do massacre de indígenas isolados na região amazônica. Um dos momentos mais agoniantes do filme é justamente quando mostra a tentativa de contato da Funai com o “Índio do Buraco” (veja na seção *Para saber mais*).



Os povos livres ou isolados desenvolveram suas estratégias para assegurar a vida das gerações futuras

Povos do futuro

Para desautorizar a atual política de indiferença com os povos isolados, o primeiro passo é contrapor-se à lógica perversa e imediatista do “desenvolvimento”, da exploração e da acumulação, que associa os povos indígenas ao passado. E, em seguida, apropriar-se do sentido do Bem Viver desses povos, que organizaram a sua relação com o meio ambiente com forte simbolismo religioso, reproduzindo a igualdade social, para assegurar a vida das gerações futuras. Cabe à sociedade brasileira como um todo dizer “não” ao genocídio e ao desrespeito aos direitos humanos de grupos que estão extremamente vulneráveis diante da força e da ganância das frentes econômicas que avançam sobre suas terras.

Para saber mais

Filmes

Awá Ka'aparã – À vida Awá, Humberto Capucci e Diego Janatã - www.youtube.com/watch?v=ERjRhybBM4 (parte I); www.youtube.com/watch?v=v5ul_FKVINY (parte II); www.youtube.com/watch?v=k33YkeD8zDg (parte III)

Corumbiara, Vicent Carelli - www.youtube.com/watch?v=QiBh5jNGSpI

Korubo – uma etnia entre fronteiras, Mariana Fagundes, Luís Abramo e Ernesto Solis - www.youtube.com/watch?v=yZOoY7kBKks

Livros

ALBERT, Bruce. *A Fumaça do Metal. História e Representações do Contato entre os Yanomami*. 1992. Anuário Antropológico/89. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro.

ARISI, Barbara. *Matis e Korubo: contato e índios isolados, relações entre povos no Vale do Javari, Amazônia*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/90128/238452.pdf?sequence=1>

ARNT, Ricardo; PINTO, Lúcio Flávio; PINTO, Raimundo. *Panará: A volta dos índios gigantes*, com ensaio fotográfico e relato de Pedro Martinelli. Instituto Socioambiental, São Paulo, 1998.

ASSIS, Rogério. *Zo'é*. São Paulo, Terceiro Nome, 2013.

BEDINELLI, Talita. “A corrida pelo ouro ameaça os Yanomami da Amazônia brasileira”. *El País*, 26 de dezembro de 2014. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/26/politica/1419618934_407302.html.

CAVUSCENS, Sílvio; NEVES, Lino João de O. *Povos Indígenas do Vale do Javari*. Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e Operação Anchieta (Opan). Manaus, 1986.

LOEBENS, Guenter Francisco; NEVES, Lino João de Oliveira (Org). *Povos Indígenas Isolados na Amazônia: a luta pela sobrevivência*. Manaus, EDUA, 2011.

RIBEIRO, Darcy. *Religião e mitologia Kadiwéu*. Serviço de Proteção aos Índios (SPI), nº 106, Rio de Janeiro, 1950.

SANTANA, Renato. “Bravos Índios Livres”. *Porantim*, Ano XXXVI, no 366. Brasília (DF), Junho/Julho 2014 p 8 – 11. Disponível em: [www.cimi.org.br/pub/AC/Porantim%20366%20-%20para%20SITE%20\(1\).pdf](http://www.cimi.org.br/pub/AC/Porantim%20366%20-%20para%20SITE%20(1).pdf)

VAZ, Antenor. *Isolados no Brasil. Política de Estado: da tutela para a política de direitos – uma questão resolvida?* Informe 10, Grupo Internacional de Trabalho sobre Assuntos Indígenas – 2011. Disponível em: www.iwgia.org/iwgia_files_publications_files/0506_informe_10.pdf

Sítios eletrônicos

www.povosindigenas.com

www.trabalhoindigenista.org.br/povos_indigenas_isolados

www.survivalinternational.org/povos/indios-isolados-brasil

Encarte Pedagógico IX

Povos livres

TEXTOS: Cimi Regional Norte I e Diocese de Roraima
Iara Bonin, Patrícia Bonilha, Renato Santana e Tiago Miotto
EDIÇÃO: Patrícia Bonilha

Publicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi)

www.cimi.org.br